

**THE GRENDAL COLLEGE AND UNIVERSITY  
PROGRAMA DE MESTRADO INTERNACIONAL EM CIÊNCIAS  
EDUCAÇÃO**

**ELDER DOS SANTOS RAMIRES**

**Orientador: Prof. Dra. Allyne Evellyn F. Gomes**

**EDUCAÇÃO ESPECIAL- FAMÍLIA, ESCOLA E COMUNICAÇÃO**

**RESUMO:** O presente artigo é o quarto de uma sequência de seis artigos que fazem uma análise da política pública de educação especial no Brasil, professores, Gestores e outros profissionais da área da educação especial têm dialogado, persistentemente, sobre as estratégias de Integração e Inclusão, de seus alunos em ambientes considerados quase “normais”. Santos (1992, p.10) diz que para muitos autores, a discussão desses princípios, resulta em 2 fatores: A busca da democratização da sociedade, de garantia de direitos humanos e de oportunidades justas para as minorias, baseando-se em princípios igualitários e também consideram os avanços científicos, que permite reconhecer o potencial de aprendizagem desses indivíduos que foram considerados incapazes de aprender por um longo de tempo, na História da humanidade. Com esse reconhecimento da capacidade de aprender das crianças portadoras de necessidades educativas especiais, em diferentes países, esse princípio de integração teve como resultado o resgate da cidadania desses indivíduos.

**Palavras-Chave:** Política Pública, Educação Especial, Atendimento Educacional.

**ABSTRACT:** This article is the fourth in a series of six articles that make an analysis of public policy on special education in Brazil, teachers, managers and other professionals in the area of special education have dialogued, persistently, on the strategies of Integration and Inclusion, students in environments considered almost "normal". Santos (1992, p.10) says that for many authors, the discussion of these principles results in two factors: The search for democratization of society, guaranteeing human rights and fair opportunities for minorities, based on egalitarian principles and also consider the scientific advances, which allows to recognize the learning potential of these individuals who were considered unable to learn for a long time in the history of humanity.

With this recognition of children's ability to learn special educational needs in different countries, this principle of integration has resulted in the rescue of the citizenship of these individuals

**Key words:** Public policy, Special education, Educational service.

## **INTRODUÇÃO**

Com tanto discurso sobre “igualdade de oportunidades” e de “educação para todos” aumentaram as oportunidades educacionais para uma grande parte da população, em diferentes países, nas últimas décadas. E temos que admitir, que as redes de ensino, também tem discutido muito sobre o direito à escolarização dos alunos considerados “especiais”. Mas as concepções e práticas de integração/inclusão variam muito, e às vezes, dentro do próprio país. Exemplo:

- No Japão, as escolas especiais são reconhecidas como forma de Inclusão;
- Na Grécia, acontece a implementação de classes especiais nas escolas regulares e é visto como forma de integração;
- Na Itália, estão fechando as escolas e as classes especiais. A intenção é incluir todos em salas de aula regulares (SANTOS, 1992, P.14).
- A Espanha, também, prevê a integração no sistema educacional regular, mas tem centros educacionais para aqueles que não puderem ser integrados.

No Brasil, as primeiras instituições especializadas na Educação Especial, foram criadas no Período Imperial, mas se expande após a Segunda Guerra Mundial. Não se sabe se a causa foi a criação de muitas entidades privadas ou o surgimento dos primeiros Serviços de Educação Especial nas Secretarias Estaduais de Educação e das Campanhas Nacionais de Educação de Deficientes, ligados ao Ministério da Educação e Cultura.

O Conceito de Excepcionalidade se ampliou, incorporando/abrangendo outras categorias de “anormais”. Nas Redes Públicas de Ensino havia altos índices de evasão e repetência, o que contribuiu, conforme Maria Sylvia, para essa expansão. E então, na Década de 1970, além do crescimento da rede privada de Ensino Especial, houve o acompanhamento das redes públicas, que criaram as classes e escolas especiais em todo o Brasil.

## **EDUCAÇÃO ESPECIAL E O DIREITO DE MATRÍCULA**

Dizem que as classes especiais, além de atender crianças com necessidades especiais, era uma estratégia de integração, que além de servir a essas crianças, pesquisas mostram que elas serviam para acomodar problemas de aprendizagem e comportamento dos alunos das classes regulares, e esses foram agregados dentro das escolas regulares (Schneider, 1974; Parchoalick, 1981; Cunha, 1988; Machado, 1994; dentre outros).

Maria Sylvia C. Carneiro diz que “o direito à matrícula não garante o cumprimento do direito à educação, previsto na Constituição Federal. Um grande número de “alunos especiais” são inseridos na escola regular continuam segregados dentro da própria escola. ”

Além do acesso à matrícula, é necessário:

- A participação de todos os alunos, especiais ou normais, em todas as atividades;
- A possibilidade de acertabilidade nessas atividades, de acordo com a expectativa de sucesso escolar por parte dos alunos, familiares e instituição.

A postura pedagógica clama por mudanças, quando se trata da relação desenvolvimento/aprendizagem e pressupõe uma concepção humana, que a partir de uma visão histórica, permita compreender os processos de desenvolvimento e aprendizagem. A partir de então, poderemos compreender as dificuldades na aprendizagem, os atrasos no desenvolvimento, e mesmo as diferentes formas de deficiência, enquanto construções sociais.

Não pretendemos negar as limitações, nem as diferenças, mas sem lidar com o indivíduo que se relaciona com eles e expressa o movimento da sociedade atual.

Feuerstein (1988) e Vygotsky (1991) sugerem que os educadores trabalhem buscando novos caminhos. Afinal, não se pode ficar parado diante de uma ciência incapaz diante do atraso no desenvolvimento dos deficientes que não geram lucro ao capital.

Todos são capazes de se desenvolver de alguma forma e se pudermos facilitar e garantir o direito de apropriação do conhecimento e assim tentar diminuir os estigmas de fracasso e de incapacidade. Esse saber tem que adentrar as escolas para evitar a consolidação, dia após dia, de rótulos de incapacidade e permitir que muitos alunos exerçam o seu direito a escolarização.

## **A ESCOLA E O PROCESSO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO**

O que é educação? Seja em qualquer modalidade: infantil, fundamental, médio, superior, a educação constantemente sai de uma situação anterior para uma nova situação com a adesão espontânea do aluno às propostas do educador.

Uma situação educativa envolve três elementos. Ponto de Partida, Ponto de chegada e um Caminho e a prática e o pensamento pedagógico se organizam em torno desses fundamentos. À situação inicial dos alunos, chamamos de ponto de partida (seu lar) e o educador necessita conhecer bem essa origem/realidade, para encontrar-se na sala de aula. É importante para o educador apoiar-se na antropologia, na psicologia, epistemologia, sociologia e outras que possam colaborar com o educador. Todo professor, ao trabalhar com um aluno, precisa acreditar que este aluno será capaz de aprender e condicionar sua ação.

## **PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO ATRAVÉS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

Os meios de comunicação devem produzir conhecimento através dos jornalistas, profissionais que se dedicam a estudar a fundo sobre os temas que abordam.

Mas, pior que a falta de informação é a falta de formação e este fato deve-se a muitas informações inadequadas, acumuladas durante a vida, sobre a deficiência e doenças crônicas.

As crianças não aprendem sobre as anormalidades da vida e essa “falta de formação” colabora com o aumento do preconceito, causando uma falha muito grande na construção da cidadania. E um cidadão malformado será um profissional despreparado para enfrentar as diferenças individuais, poderá violar direitos de pessoas com deficiência, sem ao menos, se dar conta disso.

Claudia Werneck diz que “Só há uma forma eficaz de combater o preconceito: é impedindo que ele se instale, ainda na infância. E a literatura infantil é uma arma poderosa e ainda pouco utilizada na luta contra qualquer tipo de discriminação”. Por isso Claudia escreveu e lançou 4 livros, em busca da sociedade inclusiva. Os livros são: Meu amigo Down em casa, na rua e na escola e um amigo diferente?

## **MEIOS DE COMUNICAÇÃO ESPECIALIZADOS EM INCLUSÃO**

As reportagens sobre deficiência têm o intuito de informar e formar o cidadão e não apenas despertar a compaixão das pessoas da sociedade. Os conteúdos devem instigar reflexões, e estas devem colaborar para a mudança de paradigmas. Posturas preconceituosas devem ser rechaçadas e não valorizadas. As notícias devem informar e colaborar com as mudanças de atitudes. Tornar público o que é de interesse do cidadão.

WERNECK defende uma nova especialidade no mundo midiático e jornalístico. Um jornalista especializado em saúde pública. A função desse especialista seria censuradora e educadora. Para que não fossem veiculadas notícias que não são notícias e para mobilizar a redação no sentido de se atualizar sobre esses assuntos.

Além disso, os meios de comunicação devem contribuir para o bom entendimento e aceitação saudável da informação veiculada, e assim questioná-la, se achar necessário. Os meios de comunicação de massa devem abordar temas como deficiência sem paternalismos ou exaltações desnecessárias.

Diz, também que o jornalismo/meio de comunicação deve servir como instrumentos de bioética, discutir os conflitos éticos do homem frente ao avanço tecnológico, como andam as pesquisas dos cientistas que se dedicam a síndromes genéticas? Políticos devem opinar sobre as pesquisas e suas consequências? Seria Ética utilizar a engenharia genética para programar nascimentos de crianças sadias? Homens e mulheres com deficiências devem ser esterilizados?

As questões de Bioética estão ligadas diretamente à formação da sociedade inclusiva e os meios de comunicação devem colaborar com o dinamismo e a

democratização das discussões sobre o tema, agindo como uma rede de mão dupla que precisa:

- a. Perceber quem precisa de qual tipo de informação e suprir essas lacunas;
- b. reunir informações dispersas e acumuladas em artigos, livros, trabalhos científicos e acadêmicos, decodificando-as para uma linguagem que o leigo possa entender e se interessar por elas;
- c. alimentar as discussões científicas com dados extra acadêmicos;
- d. fomentar os debates que envolvem as relações da ética e da lei com os avanços da ciência. Tudo sem perder de vista a grande questão: (Qual o limite ético dos meios de comunicação?). ”

Quando o jornalista se auto avalia e critica seu próprio trabalho, ele percebe que ele tem o poder de transmitir informações que todo mundo quer e precisa saber, além de ter o direito à informação, as pessoas leigas podem refletir, tomar e rever decisões capazes de alterar o futuro.

O jornalista tem nos meios de comunicação de massa uma escola paralela. E o profissional não precisa ser pedagogo para saber transmitir a informação de uma maneira clara e leve.

O jornalista-educador deve estimular a sociedade a refletir, afinal, prestar serviços de utilidade pública à sociedade é um dever de todo veículo de comunicação, principalmente, as emissoras de televisão e rádio, concessões governamentais.

Devemos usar os meios de comunicação para inscrevermos os registros na história da memória coletiva do povo brasileiro “deficiente”. Para isso é necessário eficiência, mas devemos nos lembrar que a memória coletiva não é a acadêmica.

A memória coletiva “está presente no indivíduo, é marcada afetivamente e sobrevive além dos acontecimentos”, Diz Werneck. Ela é resultado de uma ou várias histórias pessoais, que são documentadas nas lembranças de quem vive a história, e não do escritor, que apenas transcreve, relata o acontecimento. Os meios de comunicação têm o dever de registrar o processo de construção da

cidadania de pessoas com deficiência no Brasil e no mundo como memória coletiva.

E assim, a história de deficientes terá voz, não cairá no esquecimento e na obscuridade. Para uma boa reportagem é importante que o profissional (jornalista), entreviste bons profissionais na área da inclusão. Fontes inadequadas e jornalistas sem formação no assunto, não conseguem desenvolver uma matéria crítica, com uma visão avançada sobre o tema. Para ser uma fonte adequada, o especialista tem que ser atualizado interdisciplinarmente. Tem que saber um pouco de tudo, entender de ciência, tecnologia e conhecer o “ser humano”, principalmente.

Muitas vezes, encontramos esse especialista acompanhando de perto os problemas e dificuldades enfrentados pelas pessoas, nos ambientes que deveriam cuidar e proteger aquele que necessita de apoio e tratamento naquilo que é objeto de seus estudos. Esse especialista apoia, com frequência, os movimentos dos grupos de ajuda mútua, pois tem certeza de que o saber nascerá dessa parceria. Ele defende a ciência contextualizada para favorecer o desenvolvimento humano e social. Este profissional atualizado deve ser herói no século XXI. Porém, os meios de comunicação têm que fazer a sua parte.

## **FAMÍLIA – ESCOLA – MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

Todos juntos para formar uma sociedade transformadora, com cidadãos sensíveis, que se preocupam com problemas que não são deles, mas do seu próximo. A literatura utilizada nas escolas deve auxiliar, ou seja, ajudar a criança/o adolescente a compreenderem a diversidade humana e o quão ela é complexa. Portanto, essa história vem sendo mudada pelos lares e escolas que estão em busca de formar uma sociedade inclusiva. Porém, precisa de uma base, um alicerce, que democratize as discussões voltadas para a transformação do planeta em um mundo para todos. O mundo pelo qual a ONU luta, incansavelmente. Como defende Claudia Werneck.

## **INCLUSÃO ESCOLAR – O QUE É NA VISÃO TEÓRICA**

Vivemos num mundo em mutação, em que o envolvimento e convivência com o novo e o diferente é real. Mas, muitas vezes, não nos conscientizamos disso, devido ao excesso de trabalho, ao ritmo alucinante do nosso cotidiano.

Porém, há aquelas pessoas que se mantêm sempre atentos, observando, antenadas nas atividades humanas, prontas para identificar, analisar, criticar e propor soluções para os problemas existentes na vida da sociedade, utilizando o conhecimento adquirido ao longo da vida, para manifestar suas ideias, infringindo assim, costumes antigos e mudando pensamentos obsoletos para a necessidade da época, e tudo isso ocorre com a finalidade de enriquecer e ampliar paradigmas já existentes, que são, segundo os gregos, exemplos abstratos que se materializam de modo imperfeito no mundo concreto ou conjunto de regras, crenças, valores, normas e princípios que são partilhados por um grupo num momento histórico e que são considerados um norte para o comportamento humano, até que se institua uma crise e não nos satisfaçam mais, segundo Thomas Kuhn em *Estrutura das Revoluções Científicas* e Edgar Morin, em *O Paradigma Perdido: A Natureza Humana*.

Quando há uma crise de Paradigma é uma crise de visão de mundo e quando essas mudanças são mais intensas, acontecem as revoluções científicas, que é o período para se estabelecer novas bases teóricas, em decorrência das mudanças de Paradigmas. Este período é deveras complicado porque caem as bases de sustentação em que a ciência se apoiava e os novos pilares de sustentação não são fincados totalmente, a partir desse momento.

Todo o processo de transição acontece sob muita incerteza e insegurança, mas por outro lado, há também liberdade para pesquisar, investigar o novo, ousadia e imaginação nas novas formas de interpretação, de descoberta e de conhecimento que nos ofereçam um meio para efetivar a mudança. No momento atual, é o que estamos vivenciando, uma crise de paradigma.

De formalismo e racionalidade se faz a escola, nos tempos atuais. Temos modalidades de Ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. A Inclusão propõe que a escola tenha um bom andamento novamente, que distribua formação de qualidade a todos os que participam dela e isso implica em mudança do Paradigma Educacional atual.



Os Pensadores estão contestando os velhos Paradigmas da modernidade e estão fazendo uma reinterpretação do conhecimento, que é a matéria-prima da educação. É condição primordial, conhecer a diversidade humana, para entendermos como aprendemos e compreendemos a nossa vida no mundo. Conhecer as diferentes culturas sociais, étnicas, de gênero, e a religiosidade é de extrema importância, pois nosso sistema educacional está esgotado, daí surge a crise de Paradigmas, acompanhada desse vazio de ideias e este é o melhor momento para realizar as devidas mudanças e transformações.

Então, eis que surge um novo Paradigma do conhecimento. Vem das interfaces e das novas conexões de saberes, antes isolados e partidos. Nascem da junção da subjetividade do ser humano com o dia-a-dia, o cultural, o social. Da complexidade das relações humanas na velocidade da comunicação e informação nas redes tecnológicas, ultrapassando assim, as fronteiras das disciplinas e modificando a maneira de compreender o mundo.

Diante de tantos desafios, tantas mudanças, as escolas não podem continuar ignorando e marginalizando as diferenças culturais, sociais, étnicas. Os Acadêmicos não podem pensar e agir como se houvesse um único modelo de cientificidade e uma única Epistemologia, que nada mais é que, reflexão geral em torno da natureza, das etapas e dos limites do conhecimento humano, teoria do conhecimento humano, todo o resto é considerado um saber vulgar, um senso comum que a ciência contesta em todos os níveis de ensino e de produção do conhecimento.

Afinal, nosso universo de conhecimento tem uma amplitude maior do que aquela que cabe no paradigma da ciência moderna. Este universo traz a ciência para uma luta mais igualitária e justa, pois tem que reconhecer outras formas de entendimento, tornar-se próximo e perder a hegemonia, ou seja, abraçar o que foge aos seus domínios, até o momento.

São diversas e desumanas as formas como a exclusão escolar manifesta-se e o que está em jogo, sempre, é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber. Acontece que a escola se democratizou, abriu-se para novos grupos sociais, mas o conhecimento permaneceu deteriorado, ou seja, valorizado pela escola e a democracia passa a ser vista como a massificação do ensino. A escola se fecha, não dialoga sobre os limites do conhecimento humano entre diferente Epistemologia, reflexão geral da Teoria do Conhecimento.

O pensamento separado em áreas específicas atrapalha a inovação, a reforma da escola. Por isso, é indispensável um questionamento sobre a trajetória escolar em todos os níveis, pois a hiperespecialização dos saberes dificulta o diálogo e nos impedem de ter uma visão do essencial e do global.

Edgar Morin diz que: “A hiperespecialização fragmenta os saberes em partes e impede a visão do todo, diluindo o essencial de um objeto ou situação e impossibilita a apreensão do complexo do conhecimento”.

O Ensino Curricular que temos por ser organizado e separado em disciplinas colabora com o isolamento, com a separação dos conhecimentos, em vez de promover suas inter-relações. Já, o conhecimento evolui, cada vez que se recompõe, contextualiza e promove a integração de saberes em redes de entendimento. O conhecimento busca aumentar a capacidade e sensibilidade de reconhecer os problemas e suas soluções, de uma forma multidimensional. Não importa se é simples ou complexo.

Este mesmo sistema escolar divide os alunos em pessoas normais e deficientes, o Ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta ou naquela disciplina e essa organização tem uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista, que é uma marca do pensamento científico Moderno. Ignora o subjetivo, o afetivo, o criador, e sem eles não conseguiremos produzir a transformação que a inclusão necessita, em âmbito institucional: a extinção das categorizações e das oposições excludentes:

**Igual X Diferentes**

**Normais X Deficientes**

E em âmbito pessoal, a busca pela articulação, flexibilidade, interdependência entre as partes que geravam conflitos dentro de nós.

Para serem inclusivas, as escolas têm que redefinir seus planos para uma educação que seja voltada para a cidadania global, que reconhece e valoriza as diferenças, que é livre de preconceito e plena.

Enfim, temos que reformar as instituições, mas é impossível sem reformar as mentes. As mudanças prévias devem ocorrer nas instituições para que possamos começar a mudar a mente das pessoas que lá trabalham, estudam, ou seja, convivem diariamente.

## **A CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA DA FILOSOFIA DA CIÊNCIA PARA A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

As transformações não acontecem de um momento para outro e o século XX foi uma época de profundas mudanças.

Ano de 1920, ápice da corrente positivista e da defesa dela, por seus seguidores, conforme análise histórica da filosofia. Os métodos indutivos, as experiências em laboratório, assim como as estratégias necessárias para se fazer ciência. Tudo isso tem extrema importância. Karl Popper (1902- 1994), por volta de 1950 contestou o Positivismo e sua construção política-prática, que a considerou um mito.

Planck (1858 – 1974), Lakatos (1922 – 1974), Kuhn (1922 – 1996), Feyerabend (1924), filósofos assim como Popper, argumentavam com críticas, conjecturas, refutações, e até a negação da necessidade de existir método para se fazer ciência. Muitos debates aconteceram, muitos escritos e movimentos que produziram efeitos na construção científica. As obras desses pensadores nos proporcionam a compreensão do processo histórico, os movimentos do sentir, pensar e fazer dos homens.

Final do século XX e início do século XXI presenciamos o nascimento de uma nova ciência. Entram em cena, além da matéria constitutiva dos objetos do conhecimento da ciência pura, a vida e a consciência ou a energia e o espírito.

A teoria quântica e o misticismo oriental têm contribuído muito e revelado novos horizontes. Fritjov Capra (1983) diz que isso nos leva a uma verdadeira dança cósmica de energia e inspira uma nova visão de mundo. Além de Capra, Laszlo, Bohn (1917 – 1994), Goswami, Ken Wilber (1949) e Gof têm falado com frequência sobre a importância de percebermos e estudarmos a grandeza e a integridade do Cosmos. Ken Wilber diz que – “Sob essa nova abordagem poderemos sair do egocentrismo, passar pelo sociocentrismo e chegar ao mundicentrismo. Ou seja, sair da dimensão do “eu” para a do “nós”, e desta para a de “todos nós”, numa extraordinária dinâmica em espiral...

O pensamento filosófico evoluiu muito, principalmente nas duas últimas décadas, referentes à educação, aprendizagem e desenvolvimento humanos que têm sido objetos de análises críticas e de refutações, desencadeando enormes mudanças. Alterações nas concepções teóricas inspiradas no positivismo-mecanicista, bem

como alterações no “olhar”, acerca da alteridade e nos sentimentos em relação ao próximo que apresenta características diferenciadas das de seus pares. Portanto, uma nova ética nasce e se impõe, no intuito de conferir a todos, igualdade de valor e de direitos, principalmente os de equidade para superar qualquer discriminação por questões de etnia, socioeconômicas, de gênero, classes sociais ou por motivos individuais e diferenciados.

Os movimentos sociais pelos Direitos Humanos muitos colaboraram para a mudança nos sistemas educacionais e quanto ao papel das escolas. Em vez de selecionar as crianças que têm características “normais”, penalizando os alunos com ou sem deficiência ou superdotação. Esses movimentos defendem o “todos nós” de Ken Wilber.

Devemos construir uma ponte entre as mudanças ocorridas no século XX, na área filosófica, em busca de concretização das propostas de educação inclusiva. Atuais movimentos da filosofia da ciência se comparam a tais propostas, que visam valorizar a integralidade do objeto científico, que vai além da materialidade. Então, uma escola inclusiva ultrapassa o “eu”, o “nós”, e perseguindo o “todos nós”.

Uma escola inclusiva é a própria vida que flui e deve possibilitar o desenvolvimento da sensibilidade e da capacidade crítica e construtiva dos alunos-cidadãos que nela estão, independentes das etapas do fluxo escolar sob a ótica política, ética e estética. A escola deve ser agradável, o atendimento educacional deve adaptar-se às necessidades individuais de cada aluno e outros objetos de conhecimento e promover ensino-aprendizagem de ótima qualidade para toda a vida.

A “Dança Cósmica” de Capra é bailada cada vez que todos participam e se integram, sem deixar espaços para exclusões, sendo que cada aluno é valorizado e respeitado por sua individualidade dentro da escola inclusiva. Isso só é possível e acontece quando as instituições educacionais se transformam efetivamente.

Porém, a ressignificação do sistema educacional e das escolas depende de aspectos políticos, sociais e pedagógicos que vão além das alterações que acontecem na educação especial, exclusivamente baseado nisso, alguns acreditam que o desmonte da educação especial vai garantir o sucesso de todas as crianças.

Na sociedade atual, com essa visão globalizadora, o eixo de construção epistemológica sobre educação, em geral, tem evoluído, pois o trabalho na

diversidade é uma forma de enriquecimento geral. Atualmente, as práticas narrativas têm se ocupado da diversidade, evitando tratá-las como manifestações patológicas. Defende-se que a sociedade e suas instituições devam rever suas crenças, suas ações discriminatórias e opressivas que impedem que a criança especial tente viver e aprender de acordo com sua capacidade de aprendizagem. No movimento dialético da história das ideias precisamos de críticas, como as de Popper, as dos filósofos da ciência, dos autores pós-modernos com uma visão orgânica do cosmos. O mesmo acontece na transição para a Educação Inclusiva, onde também, encontramos pensadores mais abrasivos e outros moderados. Mas não devemos lotear ideias de um movimento recente. Estamos

conscientes de que é necessário realizar pesquisas para que possamos construir hipóteses sobre as propostas de educação inclusiva sob análise. Vivemos sob diferentes contextos e nesta vibe de estudos e pesquisas, todos temos espaço garantido. “Todos nós”, de Wilber, poderemos contribuir e apontar os melhores caminhos em relação à Educação Inclusiva.

Todas as concepções sobre Educação Especial deverão ser revistas e abolidas, para que possamos modificar suas práticas. As Escolas Inclusivas irão contribuir com a construção de sociedades menos elitistas e excludentes, uma nova maneira de entendermos as respostas educativas, efetivando o trabalho na diversidade, onde se aprende a aprender, a fazer, a ser e a conviver, de acordo com os Direitos Humanos de acesso. O que implica previsão e provisão de recursos de toda a ordem, a mudança de atitudes diante das diferenças individuais, com consciência de que somos diferentes uns dos outros e de nós mesmos, uma vez que evoluímos e nos modificamos. Mas para existir e ter sucesso, essa escola não depende apenas dos educadores e sim de políticas públicas que a garantam. Aqui estamos apenas repensando a filosofia, as teorias e as práticas adotadas, atualmente, em nossas escolas. Somente conceitos e idealizações que dependem de vontade política para acontecer, e duma forma que, realmente, funcione e seja justa com todos os envolvidos no contexto.

Existem inúmeros fatores importantes para a ressignificação de nossas escolas, para que se tornem inclusivas. As condições sociais e econômicas de nosso país e que tem causado a desvalorização do magistério e o fato de que as escolas funcionem como ambientes para abrigar e cuidar dos alunos em vez de construir o conhecimento e o exercício da cidadania; as condições materiais para que o

professor desenvolva seu trabalho; a formação inicial e continuada dos professores; as condições requeridas para que a aprendizagem aconteça de forma criativa e agradável.

As variantes que contribuem com a exclusão são muitas. Podemos identificá-las, mas não as remover sem ajuda. É necessária muita divulgação das pesquisas, dos acertos e equívocos, muita articulação, troca de ideias e sentimentos, compartilhando experiências. Essa transição para a Educação Inclusiva representa uma revolução que vai além da inserção de alunos com deficiência em classes do ensino regular e introduz a necessidade de análises do trabalho pedagógico.

É urgente incluir os que nunca frequentaram escola; tomar providências para que não sejam excluídos os que nela estudam para que não aumente o índice de evasão; melhorar a oferta da natureza das ofertas educativas; acabar com a segregação em classes ou escolas especiais dos que dela não necessitam, evitar a privação do direito de acesso a elas, daqueles que se beneficiarão delas, de acordo com a ajuda e o apoio que necessitam; a melhoria das respostas educativas, visando a aprendizagem; a construção do projeto político pedagógico como um processo em aprimoramento.

Queremos o melhor para nossos alunos, portanto precisamos analisar todos esses aspectos acima citados, para que todos os brasileiros possam contribuir para a formação de uma sociedade mais feliz, justa, útil e integrar a dança cósmica de Capra.

## **LEGISLAÇÃO: FAMÍLIA X INCLUSÃO**

Segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, “A família é o núcleo fundamental da sociedade e tem o direito de receber a proteção da sociedade e do Estado, (...) as pessoas com deficiência e seus familiares devem receber a proteção e a assistência necessárias para que as famílias possam contribuir para o pleno e igual desfrute das pessoas com deficiência”.

Os documentos que tratam de Inclusão Social e Educacional apontam com muita importância a participação e integração da família no processo educacional e de assistência às pessoas com deficiência, quando possível, só acontece através da parceria com as famílias. A família deve acompanhar e sentir-se parte integrante

do processo de inclusão da pessoa com deficiência. É importante conhecer e colocar seus Direitos em prática, diariamente. Pois, persistência e ação são palavras-chaves para a inclusão acontecer e a família deve ser a condutora e a principal incentivadora do desenvolvimento da pessoa com deficiência.

Qualquer pessoa que queira buscar informações sobre os direitos das pessoas com deficiência e suas famílias, deve procurar informações na prefeitura de sua cidade, realizar pesquisas na Internet e conhecer a Legislação do Município, do Estado e do País. As pessoas com deficiência e suas famílias têm os mesmos direitos e são protegidos por Legislação, Leis que garantem a inclusão. São elas: ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente): É um Documento Legal, que visa garantir os Direitos da Criança e do Adolescente e ao mesmo tempo, expõe o que é dever do Estado, da Sociedade e da Família responsável.

LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social): Conjunto de Leis, cuja finalidade é assegurar ao cidadão a política de seguridade Social. A pessoa de família com baixa renda e de qualquer idade pode solicitar este benefício, que é previsto no Artigo 2º da Lei Orgânica de Assistência Social: “V – A garantia de 01 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família”.

ESTATUTO DO IDOSO: Instrumento Legal que assegura os direitos e deveres para que a população idosa tenha garantia de acesso à rede de serviços de proteção social, em diversos níveis de atenção e políticas sociais brasileiras, como: assistência social, transporte, saúde, cultura e educação, trabalho, previdência, etc. Esse documento aponta os Direitos, mas também os Deveres como Cidadãos, e como família, diante do idoso com deficiência.

Porém, temos que nos amparar legalmente, sempre que precisarmos. A maior parte dessas Legislações, geralmente, não são cumpridas, e precisamos agir, pois esse é um Ato de Cidadania.

## **POLÍTICAS NACIONAIS CLARAS**

Sabemos que é necessário desenvolver Políticas Nacionais claras, mas antes se faz necessário saber o significado da palavra inclusão. Sabemos que há um consenso de que a inclusão exige uma reorganização fundamental das escolas e

salas de aula regulares para atender uma maior diversidade de necessidades das crianças da comunidade. Inclusão envolve mudanças em três níveis (Mittler, 2000) Todas as crianças frequentando a escola local, na sala de aula regular e com o devido apoio; Todas as escolas reestruturando seu programa de ensino, pedagogia, avaliação e sistemas de agrupamento para garantir acesso e sucesso a todas as crianças da comunidade;

Todos os professores aceitando a responsabilidade pelo aprendizado de todas as crianças, recebendo treinamento contínuo, apoio do diretor, do corpo administrativo da escola, de seus colegas e da comunidade.

Os governos brasileiros, assim como outros governos, comprometeram-se a promover a Inclusão, nos moldes da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), no entanto, são muitos os dilemas e obstáculos, que dificultam a caminhada rumo à inclusão. A UNESCO disponibilizou orientação exemplar sobre o tema (Unesco 2001) ou no site [www.unesco.org/inclusion](http://www.unesco.org/inclusion).



## **CONCLUSÃO:**

Toda e qualquer política de inclusão deve ter como base o fato de que todas as crianças devem ser educadas em escolas regulares. A partir disso, deve-se saber que os obstáculos à Inclusão estão na escola e na sociedade, e não na criança.

Devemos avaliar para podermos identificar as dificuldades individuais de uma criança. Avaliar os obstáculos à Inclusão, também, é necessário, no ambiente em geral e na escola local, em particular. Devemos ter em mãos, um Plano de Ação para lidar com os problemas dentro de um Cronograma.

Concluimos, então, que o trabalho pedagógico é essencial nas escolas inclusivas. Através da prática da pesquisa se impõe à apropriação do saber e do saber fazer de todos os alunos, ela contribui com a cidadania e o mais importante, sem discriminação, para termos uma sociedade mais justa.

Por fim, mantenho a análise sobre educação especial nos artigos seguintes elencando outros pontos tão importantes quanto os aqui abordados.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AQUINO, Julio Groppa, Diferenças e Preconceito na escola. Summus Editorial, 1998, SP

BOTELHO, André. SCHWARCZ, Lilia Moritz. Cidadania um Projeto em Construção. Claro enigma editora, 1ª edição, 2012, SP

COLL, César. MARCHESI, Álvaro. PALACIOS, Jesús e colaboradores. DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO E EDUCAÇÃO – Vol. 3 – 2ª Edição, Porto Alegre – RS, ARTMED 2004.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O que são Direitos da Pessoa. Editora Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 11ª edição, 1994.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso, POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL E AS FORMAS ORGANIZATIVAS DO TRABALHO PEDAGÓGICO Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Set.-Dez. 2006, v.12, n.3, p.299-316.

GARDNER, Howard. Estruturas da mente (A Teorias das Inteligências Múltiplas). Artes médicas Editora. Porto Alegre, 1994.

LIMA, Gilberto Tadeu. SICSÚ, João. PAULA, Luiz Fernando de. (Orgs.). *Macroeconomia Moderna: Keynes e a Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARTÍNEZ, Albertina Mitjás. TACCA, Maria Carmen Villela Rosa. Possibilidades de Aprendizagem. Alínea Editora – 2011 – Campinas, SP.

PEREIRA, Leda Lúcia Lima. HANNAS, Maria Lúcia. Educação com consciência – vol. I. Editora Gente, SP, 2000.

TOMAZI, Nelson Dacio. Sociologia da Educação. Sociologia da Educação. Editora Atual, 1997 – SP, 4ª reimpressão

## **SITE**

<http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/confira-as-acoes-da-educacao-para-atender-alunos-com-deficiencia>.

## **REVISTAS**

Revista Nova Escola, Ano XVIII. Setembro de 2003.

Revista Pátio, Ano X, maio/julho de 2006 Art. O desafio de atender a todos na sala de aula de Beatriz Vargas Dorneles.

Revista Pátio, Ano V, março/maio 2013, número 16. Artigo PSI A escolarização de jovens com autismo de Vasques, Carla K.

Revista Pedagógica Pátio, Ano VIII, nº 32 Novembro 2004/Janeiro 2005, ARTMED Editora S.A.

Revista Integração, Ano VIII, nº 20, Ano 1998 Ministério da Educação e do desporto/Secretaria de Educação Especial.

### **FONTES DOCUMENTAIS**

-BRASIL. MEC. INEP. **LDBEN 9394/96** que estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

-Decreto Federal 3298/1999.

-Decreto Federal 5296/2004.

-Instrução CGEB 14/01/2015.

-UNESCO. The Salamanca statement and framework for action on special needs education. Spain, 1994.

-Convenção da Guatemala, promulgado por Decreto em 2001

-RESOLUÇÃO SE 61, de 11-11-2014 que dispõe sobre a Educação Especial nas unidades escolares da rede estadual de ensino. D.O.E. – Executivo I – 12-11-2014 – página 34